

O PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA NOS ASSENTAMENTOS ROBERTO MARTINS E SÃO SALVADOR EM MINAÇU (GO)

Edson Batista da Silva¹
edson_bat_silva@hotmail.com

Tânia Alves Teixeira²
taniaalves_29@hotmail.com

Resumo: Este artigo busca compreender a intensidade da modernização da agricultura nos Assentamentos Roberto Martins e São Salvador, em Minaçu-GO. Para isso se utilizou pesquisa bibliográfica, documental e de campo. Os resultados apontam que a adoção do pacote da modernização foi precário. Notamos a permanência da temporalidade da agricultura tradicional combinada com a resultante da modernização. Também, apesar de serem formados por entidades mediadoras diferentes, nenhuma diferença significativa entre os assentamentos foi notada, no que concerne a adoção da modernização da agricultura. Esses territórios camponeses são monopolizados pelo capital, o que acarreta uma reprodução precária dos camponeses assentados.

Palavras-chave: Modernização da agricultura. Campesinato. Desenvolvimento desigual.

EL PROCESO DE MODERNIZACIÓN DE LA AGRICULTURA EN LOS ASENTAMIENTOS ROBERTO MARTINS Y SÃO SALVADOR EN MINAÇU (GO)

Resumen: Este artículo busca entender la intensidad de la modernización de la agricultura en los Asentamientos Roberto Martins y San Salvador, en Minaçu-GO. Para eso se utilizó investigación bibliográfica, documental y de campo. Los resultados apuntan que la adopción del paquete de la modernización fue precario. Tomamos nota la persistencia de la temporalidad de la agricultura tradicional se combina con la que resulte de la modernización. Asimismo, a pesar de que se forma por entidades de mediación distintas no existen diferencias significativas entre los asentamientos fue señaló, con respecto a la adopción de la modernización de la agricultura. Estos territorios campesinos son monopolizados por el capital, lo que ocasiona una reproducción precaria de los colonos campesinos.

Palabras clave: Modernización de la agricultura. Campesinado. Desarrollo desigual.

1 Introdução

A ação da burguesia modifica o espaço. Santos (1996) declara que há um movimento incessante no sistema capitalista, ou uma totalidade em constante processo de totalização. Daí a afirmação marxiana: “Tudo que era sólido desmancha no ar” (MARX; ENGELS, 2008, p. 13). Na modernização da agricultura, a transformação capitalista do campo destrói as relações sociais e técnicas de produções anteriores, a barbárie se instala.

No entanto, o desenvolvimento do capitalismo desigual, combinado e contraditório institui suas próprias contradições. Ou seja, recria aquilo que a sua dinâmica deveria destruir. Nesse sentido, como declara Martins (2010), o capitalismo se desenvolve pela lógica de atrasos e avanços de um mesmo processo simultâneo. Com isso, permanecem as

¹ Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Goiás. Professor em regime estatutário pela Universidade Estadual de Goiás Membro do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Geografia Agrária e Dinâmicas Territoriais (NEPAT) da Universidade Federal de Goiás-Instituto de Estudos socioambientais.

² Possui graduação em licenciatura plena em Geografia pela Universidade Estadual de Goiás.

temporalidades não resolvidas, em que o capital não apenas recria o campesinato, mas imprime uma modernização desigual no campo.

Tendo por base estes pressupostos teórico-metodológicos, a intenção desta pesquisa, desenvolvida no ano de 2013 na Universidade Estadual de Goiás, foi compreender a intensidade da modernização da agricultura nos assentamentos Roberto Martins e São Salvador, localizados no município de Minaçu. A escolha se deu porque as organizações mediadoras, presentes na formação deles têm posições diferentes, frente ao processo de modernização da agricultura. Segundo Correia (2007), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra (MST), responsável pela formação do primeiro, tem uma postura atual de enfrentamento à modernização. Enquanto a Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de Goiás (FETAEG), importante na formação do segundo, tem uma política acrítica desse processo.

A metodologia adotada foi pesquisa bibliográfica, tendo em vista ter subsídios teórico-metodológicos para análises dos resultados. Também se empreendeu pesquisa documental no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), e no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), para validar afirmações e informações. Assim como pesquisa de campo, em que foram realizadas vinte entrevistas estruturadas, com formulário previamente elaborado, nos Assentamentos Roberto Martins e São Salvador, entre os meses de Setembro e Outubro de 2013, sendo que foram realizadas dez entrevistas em cada assentamento.

Além disso, nas visitas a campo foram utilizadas a caderneta de campo e a máquina fotográfica para anotação dos diálogos informais, impressões das observações diretas, a campo, e realização de registros fotográficos. Na apresentação dos sujeitos pesquisados foram adotados nomes fictícios, com vistas a preservar a integridade de cada um. Após esses passos, os dados e informações coletados foram tabulados e evidenciados em gráficos, figuras e fotos. O artigo está estruturado da seguinte forma: no primeiro item há uma discussão teórica do campesinato no sistema capitalista de produção e de modernização da agricultura. No segundo a discussão se vincula à modernização que atingiu os Assentamentos São Salvador e Roberto Martins. Desse modo, no próximo item será realizada a discussão sobre campesinato e modernização da agricultura.

2 A modernização da agricultura: a permanência do campesinato com a transformação capitalista do campo

Na discussão da reprodução acumulada do capital, Luxemburgo (1985), argumenta que o capitalismo necessita de formas não capitalistas de produção para se desenvolver, porque é o meio não capitalista que absorve os produtos capitalistas, lhe fornece mercadorias a preços de custo e mão-de-obra assalariada. Oliveira (1998) afirma que o desenvolvimento do capitalismo no Brasil é desigual, contraditório e combinado. Desse modo, reproduz um espaço desigual, contraditório e combinado, ou seja, as relações assalariadas se expandem, mas não eliminam o trabalho familiar camponês.

Além disso, a desigualdade espacial articula relações de dependência entre Estado e empresas, entre comunidades camponesas e grandes corporações dentre outros vínculos entre atores sociais. Como afirma Vergés (2011), a modernização permite as empresas capitalistas explorarem o campesinato por diversos caminhos, tanto na venda de insumos, implementos agrícolas e bens de consumo, quanto pelos empréstimos e pela compra da produção.

No entanto, a tese de permanência do campesinato, com o desenvolvimento do capitalismo, não é produtora de consensos, Kautsky (1998) já declarava que o camponês tende a ser eliminado com a expansão do modo capitalista de produção, devido ao seu próprio processo de endividamento com o capital. Oliveira (1998) refuta essa tese, o capitalismo, mesmo com a modernização, não destrói por completo o campesinato. Isso porque, nas palavras deste autor: “[...] quando o capital monopoliza o território, ele cria, recria, redefine relações de produção camponesa, portanto familiar. Ele abre espaço para que a produção camponesa se desenvolva e com ela o campesinato como classe social, (OLIVEIRA, 1998, p. 106).”

Nesse sentido, se compartilha o entendimento da corrente heterodoxa marxista, de que a modernização da agricultura não elimina por completo o campesinato, pois ele não somente reage à expropriação impetrada pela territorialização do capital, por meio da luta pela terra, como aconteceu com os camponeses dos Assentamentos Roberto Martins e São Salvador, assim como, o capital tem a possibilidade de explorá-lo pela monopolização de seus territórios, com a consequente apropriação da renda da terra.

Não obstante, quanto à modernização da agricultura no Brasil, tal como declara Graziano Silva (1981), a mesma se deu de forma conservadora, ou seja, aconteceu pela aliança das grandes corporações com os latifundiários, amparados pelo Estado, privilegiou algumas culturas agrícolas, algumas regiões e alguns produtores, principalmente os grandes e médios produtores. Nesse ínterim, até que ponto os camponeses dos Assentamentos Roberto

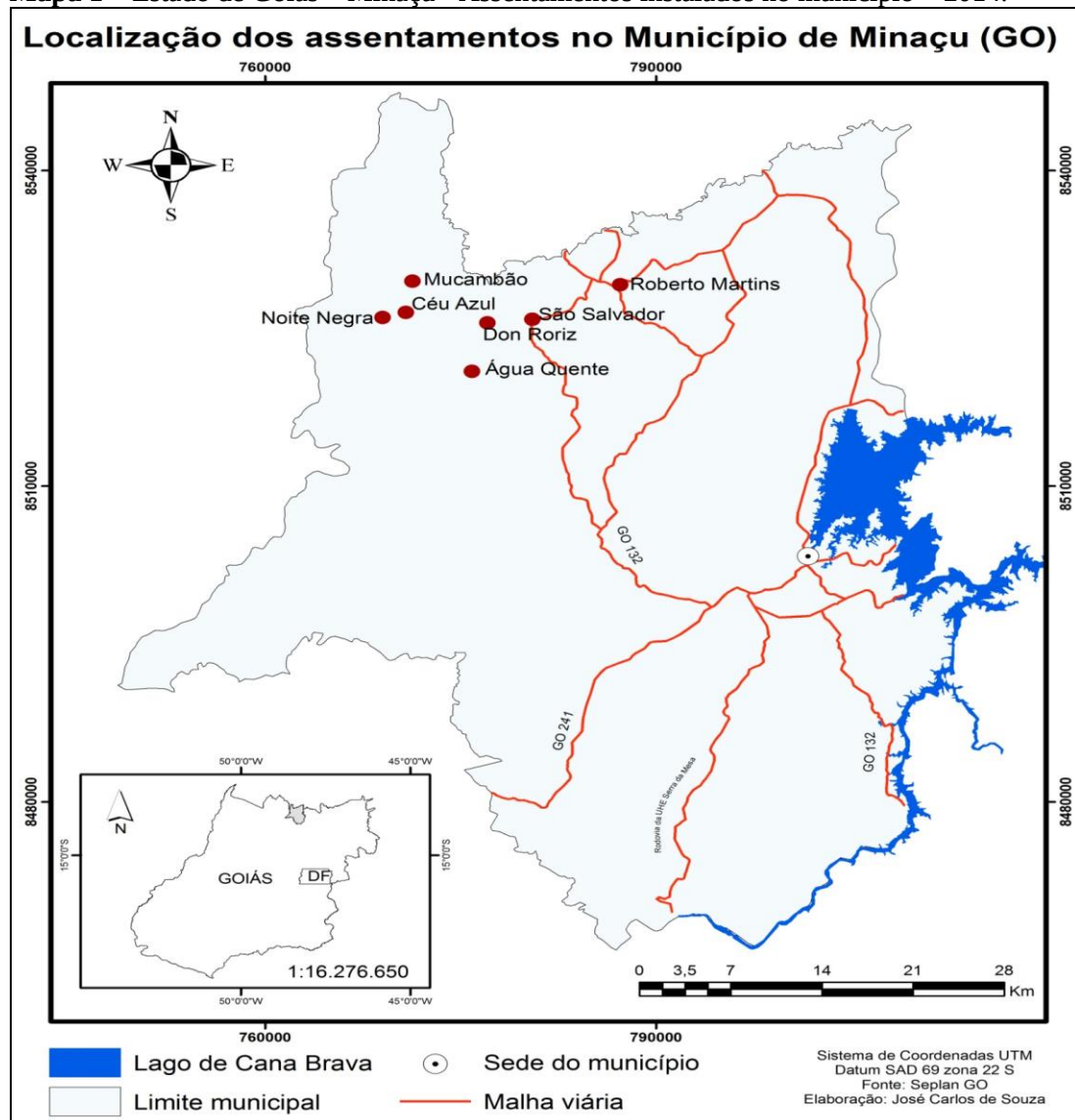
Martins e São Salvador foram atingidos por esse processo? E se foram, com que intensidade a modernização penetrou em seus territórios?

Esta problemática será objeto de preocupação do próximo item. Por hora, entende-se que o camponês é um sujeito social de dentro do capitalismo e a modernização da agricultura como a transformação capitalista do campo. Como destaca Graziano Neto (1982), a mesma instituiu modificações nas técnicas e nas relações sociais produtivas, com vistas ao aumento da produção e da produtividade do trabalho. Além do mais, não foi pensada para todos, expropriou e subordinou o campesinato, causou a destruição dos solos, o aumento das “pragas” e doenças. “É por isso que não se pode confundir modernização com desenvolvimento, uma vez que o desenvolvimento é um processo de transformação socioeconômica que promove o bem estar para toda a população [...], (GRAZIANO NETO, 1982, p. 78).”

3 A modernização nos assentamentos Roberto Martins e São Salvador

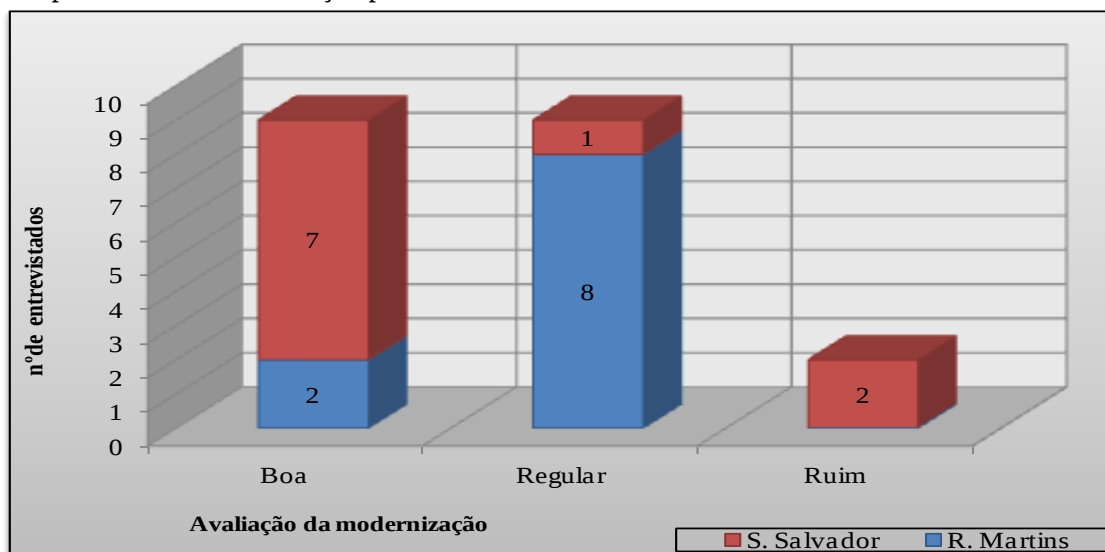
No município de Minaçu há sete assentamentos, conforme demonstra a Figura 1. Neles, segundo dados do INCRA (2013) foram 33.320,55 hectares retomados do latifúndio e 521 famílias reterritorializadas. Esses assentamentos se localizam no noroeste do município, distam cerca de 56 km do centro urbano e estão próximos aos rios Dois de Junho e Mucambão. Quanto aos camponeses dos Assentamentos Roberto Martins e São Salvador, eles se assemelham a característica de desterrado do campesinato brasileiro.

Os assentados do primeiro assentamento vieram de municípios do Vale do São Patrício no estado de Goiás, como: Rubiataba, Itapuranga, Jaraguá e Itapaci, além de outros municípios brasileiros, como Aurora do Norte e Salvador. Já os camponeses do segundo assentamento são originários de Cavalcante, Ceres, Palmeiropolis, Uruaçu e Uberlândia. Eles anteriormente eram meeiros, agregados e arrendatários. Contudo, a modernização os expulsou de seus espaços originários e os levou a ocupar as periferias das cidades. Marginalizados e tendo de se submeter a trabalhos desumanos, veem na rebeldia contra a barbárie e violência do capital a possibilidade de conquista da terra de trabalho.

Mapa 1 – Estado de Goiás – Minaçu - Assentamentos instalados no município – 2014.

Quanto a modernização, de acordo com o gráfico 1, a maioria das famílias do Assentamento Roberto Martins a avaliam como regular, enquanto a maioria daquelas do Assentamento São Salvador a concebem de forma positiva. A explicação para essa divergência parece se vincular à denominada ideologia modernizadora, apresentada por Graziano Neto (1982) e as diferentes posturas políticas das entidades mediadoras, presentes na formação desses assentamentos. A ideologia modernizadora pregava o atraso das práticas agrícolas tradicionais, seu discurso se renova na contemporaneidade pela ação do agronegócio. Segundo Leite; Medeiros (2012) há um esforço dos atores do agronegócio em torná-lo símbolo de produtor de divisas, dinâmico e moderno.

Gráfico 01 – Minaçu – Assentamentos Roberto Martins de Melo e São Salvador – Avaliação do processo de modernização pelos assentados entrevistados – 2014.



Fonte: Pesquisa de campo 2013. Elaboração: TEIXEIRA, Tânia Alves; SILVA, Edson B. da.

Nesse sentido, esse discurso ideológico fortalece a positividade da modernização e escamoteia as mazelas geradas, como: destruição dos biomas, concentração da propriedade da terra e sujeição de trabalhadores a condições análogas a de escravidão. Desse modo, o agronegócio se esforça por produzir consensos sociais favoráveis à modernização capitalista do campo, o que facilita obter maiores fatias dos recursos públicos. No entanto, enfrenta a contraposição de movimentos sociais camponeses como o MST, responsável pela formação do Assentamento Roberto Martins. Já a FETAEG, filiada a Confederação dos Trabalhadores da Agricultura do Brasil (CONTAG), tem uma postura política mais condescendente com a política de modernização do campo. Isso explicaria porque a maioria dos camponeses do Assentamento São Salvador a avalia de forma positiva.

Entretanto, como demonstra o gráfico 1, há uma minoria neste assentamento que percebe a negatividade da modernização, como o senhor Pedro: *“É ruim, difícil para arrumar um trator, a semente é cara e o remédio também.”* Como afirma Graziano Silva (1981), a modernização conservadora beneficiou o segmento dos grandes e médios produtores. Além disso, como declara Vergés (2011), a mesma viabilizou a exploração do camponês pelo capital, com a compra dos insumos no mercado. Altieri (2012) afirma que a mesma acentuou o desequilíbrio ecológico no campo. Além disso, com as políticas de financiamento das pesquisas controladas pelas grandes corporações, os camponeses se veem submetidos a seus interesses. O senhor Francisco, residente no Assentamento São Salvador, acerca do uso de

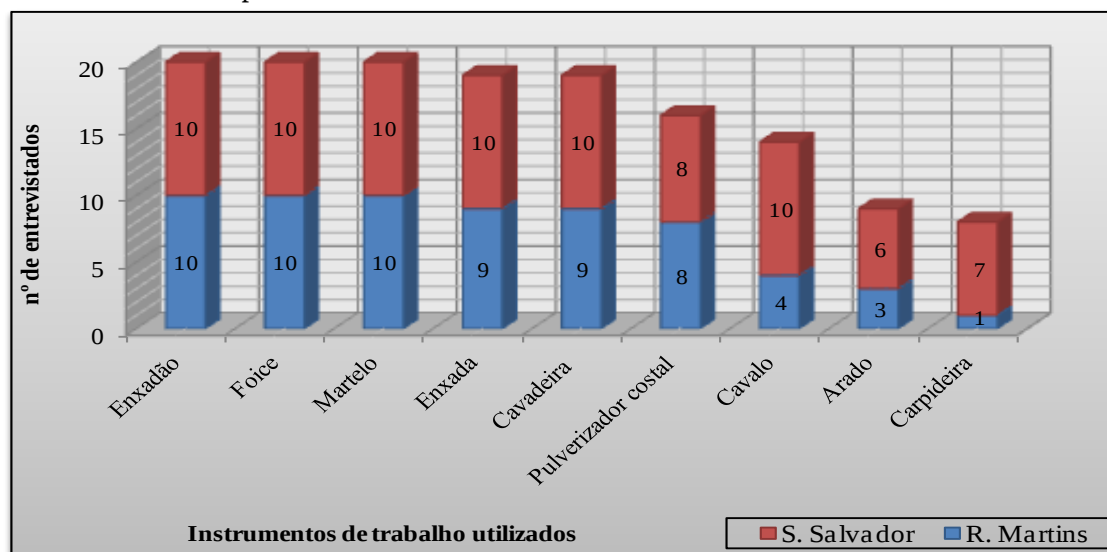
agrotóxicos, menciona: *“Não acho bom, faz mal pra saúde, mas uso porque não tem como plantar sem veneno.”*

No Assentamento Roberto Martins não há escolas, os estudantes vão para o Assentamento São Salvador, ou para o Distrito de Santo Antônio de Cana Brava. Contudo, a escola do Assentamento São Salvador possui a mesma perspectiva de educação das escolas urbanas, o que dificulta a negação à modernização conservadora, com a assimilação de alternativas contrapostas, como a da agroecologia. Quanto a este conceito, Altieri (2012) relata que a agroecologia é ciência e um conjunto de práticas, se baseia na Ecologia, para o estudo, desenho e manejo dos agroecossistemas a favor das comunidades camponesas.

Não obstante, os assentados sequer tem acesso a determinados elementos do pacote tecnológico da modernização. Por exemplo, no que concerne à mecanização, contam com máquinas fornecidas pela prefeitura, em que o assentado tem direito a seis horas de serviço, com a obrigação de fornecimento do óleo diesel. Mas, diante da insuficiência dessas horas se vê explorado por grandes proprietários, que fornecem as máquinas pelo valor de R\$ 75 a R\$ 100 a hora-maquina. Portanto, sem acesso a motomecanização, os assentados se submetem aos empresários rurais próximos e utilizam instrumentos técnicos simples, como os apresentados no gráfico 2.

Os dados reafirmam o espaço-tempo desigual da modernização da agricultura no Assentamento Roberto Martins e, principalmente, no Assentamento São Salvador. O manejo das culturas agrícolas e das criações animais é realizado por instrumentos que remetem ao tempo lento da agricultura tradicional. É o trotar do cavalo; a dança da foice, das enxadas e dos enxadões; o revolver o solo com o arado e a carpideira, conduzidos pela força manual dos camponeses, que permitem a realização da produção nas propriedades. Embora, o pulverizador costal remeta a presença dos agrotóxicos, elemento do tempo imperialista das corporações multinacionais. Como afirma Santos (1996), resultado do império se fazendo nos lugares.

Gráfico 2 – Minaçu - Assentamento Roberto Martins e São Salvador – Instrumentos técnicos utilizados pelos assentados entrevistados – 2014.



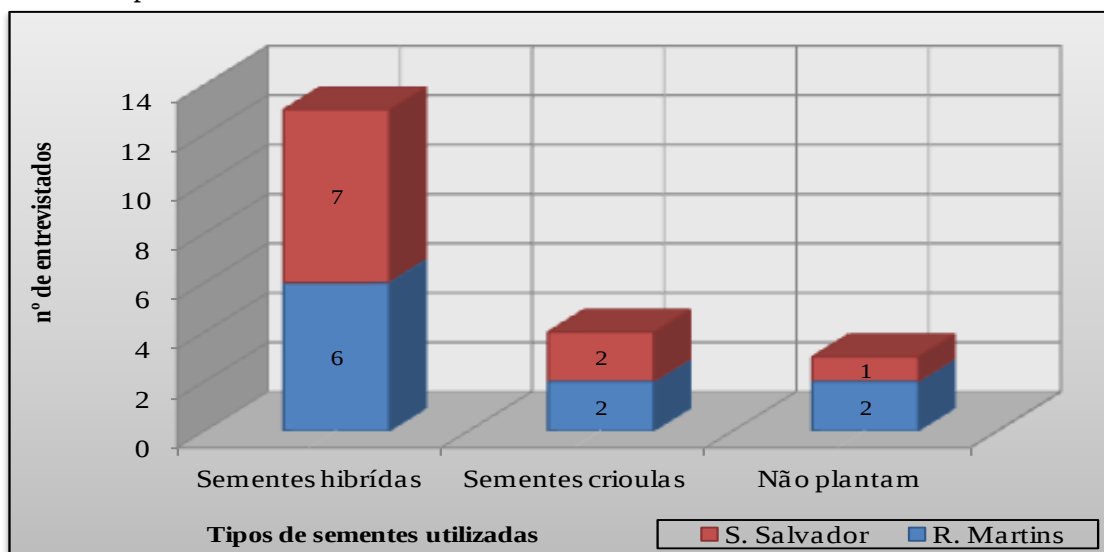
Fonte: Pesquisa de Campo - 2013. Elaboração: TEIXEIRA, Tânia Alves; SILVA, Edson B. da.

A subordinação do território camponês às multinacionais, se torna mais nítida pela análise do gráfico 3. Nele se observa a gradativa perda do controle das sementes, a racionalidade da biotecnologia bioimperialista do capital se impõe sobre os assentados. Ou seja, a face política do capital financeiro-industrial, concentrado nas multinacionais de biotecnologia, que tem por objetivo se apropriar/dominar as formas de produção da vida na agropecuária e, por conseguinte, criar a uniformidade genética para atender aos seus desígnios, causa a expropriação camponesa dos meios de produção.

Todavia, a modernização que eles têm acesso é de segunda mão, pois, ao contrário das sementes transgênicas utilizadas pelos empresários rurais, na chamada agricultura de precisão da segunda “Revolução Verde”, os assentados fazem uso, principalmente das sementes híbridas, fruto do pacote tecnológico da primeira “Revolução Verde.” Contudo, o uso das sementes crioulas demonstra a permanência de outra racionalidade, como declara Santos (1996) articulada por aqueles que vivem a experiência da escassez.

Na análise do gráfico 4, a monopolização do território camponês pelo capital permanece. O uso do adubo químico é predominante entre os assentados. Não obstante, o uso do adubo orgânico remete à permanência do conhecimento camponês, o uso de recursos locais serve para recomposição da fertilidade do solo. Contudo, o fortalecimento desta contraracionalidade enfrenta a força do capital, que por meio da modernização da agricultura se territorializa pelos discursos e pelas infraestruturas.

Gráfico 3 – Minaçu – Assentamentos Roberto Martins e São Salvador – Tipos de sementes utilizadas pelos assentados – 2014.

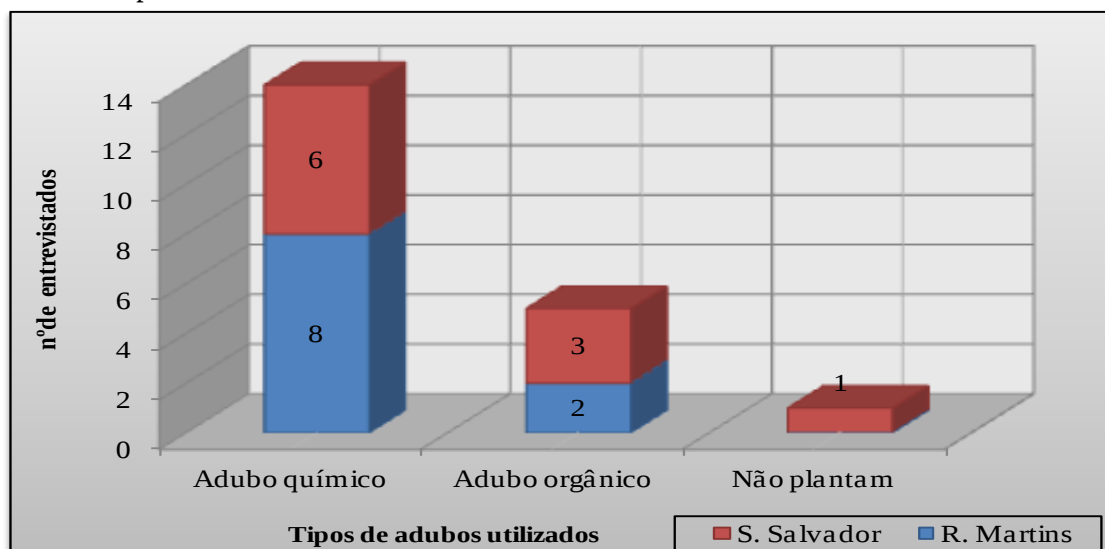


Fonte: Pesquisa de Campo - 2013. Elaboração: TEIXEIRA, Tânia Alves; SILVA, Edson B. da.

Como afirma Gonçalves (2012), o agronegócio dita o que é moderno, dinâmico, atraso e primitivo no campo. Altieri (2012), também declara que as grandes corporações controlam as pesquisas em agropecuária, pelo domínio de centros de pesquisa particulares e daqueles das universidades públicas. Além disso, os financiamentos de campanhas políticas os permitem ter *lobby* no interior do Estado, com o direcionamento da política agrícola, que possibilita a instalação de infraestruturas favoráveis a seus interesses. Portanto, há dificuldades para a instalação do diálogo de saberes, com a produção de tecnologias com o campesinato e não para o campesinato.

No Gráfico 5, a predominância do uso de agrotóxicos nos Assentamentos Roberto Martins e São Salvador remete a força do agronegócio. De acordo com Martins (2012), essa aliança de classes no campo, que envolve empresários rurais, corporações multinacionais, latifundiários, amparados pelo Estado, institui a necessidade de adesão ao pacote tecnológico da “Revolução Verde” para o acesso a financiamentos. Sete famílias do Assentamento São Salvador, que tiveram acesso a financiamentos agrícolas afirmaram que lhes foram impostas a compra de agrotóxicos para a obtenção do crédito. Assim, o Estado mostra seu pacto com o capital, institui normas que beneficiam as empresas multinacionais. Além do mais, de acordo com Gonçalves (2012), há o discurso do agronegócio, que se esforça por substituir o termo agrotóxico por defensivo, que remete a necessidade de se defender da natureza, com sérios prejuízos para a relação sociedade/natureza.

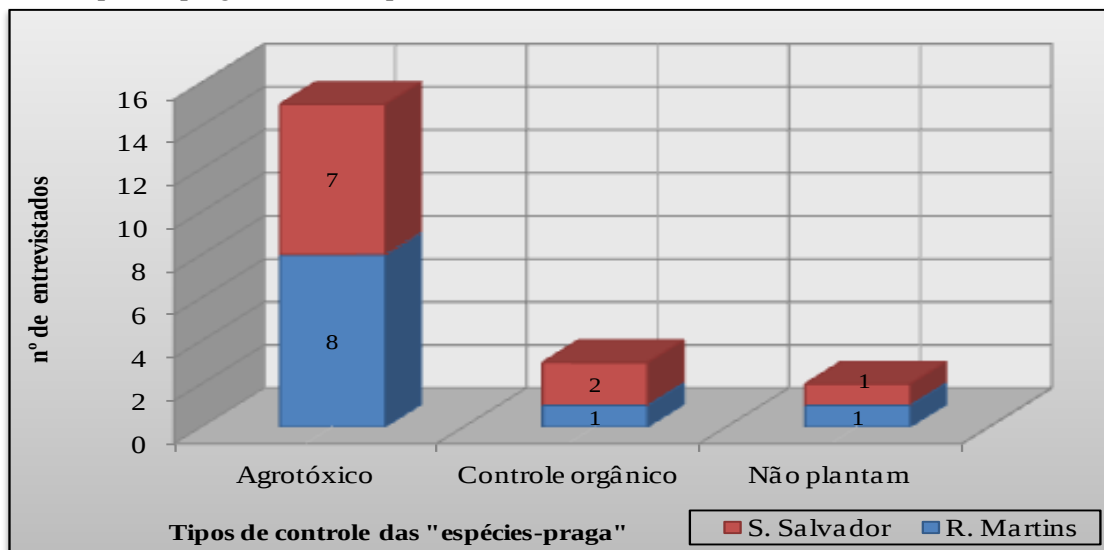
Gráfico 4 – Minaçu – Assentamentos Roberto Martins e São Salvador – Tipos de adubos utilizados pelos assentados entrevistados – 2014.



Fonte: Pesquisa de Campo - 2013. Elaboração: TEIXEIRA, Tânia Alves; SILVA, Edson B. da.

Os dados do Censo Agropecuário (2006) destacam que o Brasil é o campeão no consumo de agrotóxicos no mundo, sendo o responsável por 86% do mercado consumidor da América Latina. Não obstante, em Goiás o mesmo Censo aponta que de 18.756 estabelecimentos pesquisados, 10.681 utilizam na aplicação de agrotóxicos o pulverizador costal, que ampliam as possibilidades de exposição, intoxicação e envenenamento dos trabalhadores. Nos Assentamentos Roberto Martins e São Salvador, como demonstra o Gráfico 2, o pulverizador costal é o instrumento utilizado para a aplicação de venenos, o que remete ao possível envenenamento dos assentados. O agronegócio institui a produção cotidiana e silenciosa da morte. Mas, como a mesma atingem os dois assentamentos de forma fragilizada, as contra-racionalidades camponesas permanecem, por exemplo, no uso do manejo natural das “espécies-praga.”

Gráfico 5 – Minaçu – Assentamentos Roberto Martins e São Salvador – Formas de controle das “espécies-praga” utilizadas pelos assentados entrevistados – 2014.



Fonte: Pesquisa de Campo - 2013. Elaboração: TEIXEIRA, Tânia Alves; SILVA, Edson B. da.

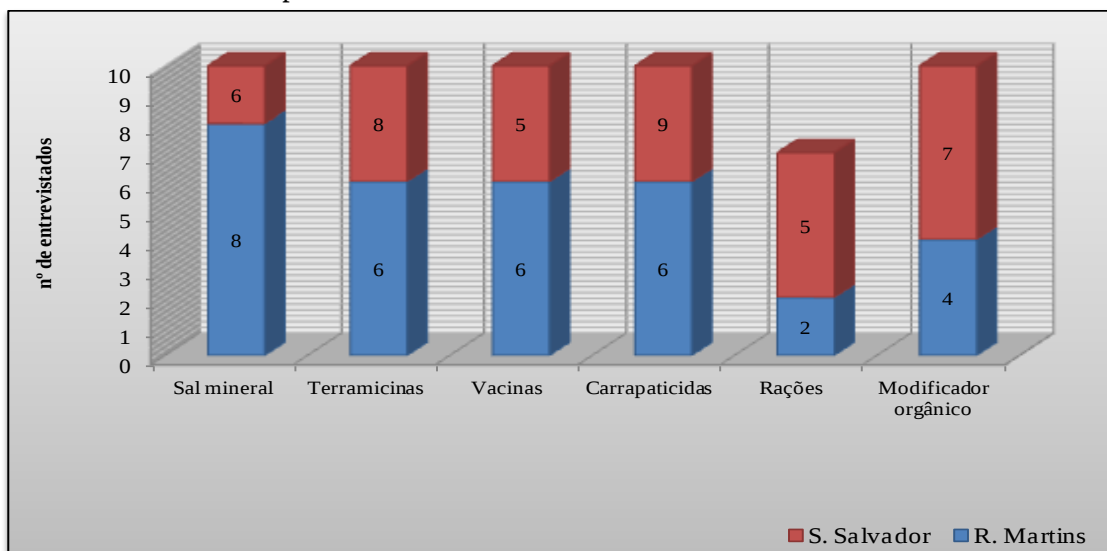
Na pecuária, a sujeição do território camponês dos dois assentamentos pelas multinacionais também se acentua. Como evidencia o gráfico 6, há uma intensa utilização de produtos veterinários nas criações animais, principalmente no Assentamento São Salvador, devido a pecuarização mais intensa nele. Elhers (1996) declara um dos resultados da “Revolução Verde” foi a formulação de compostos nutricionais e medicamentos veterinários, como: rações, vacinas, carrapaticidas, dentre outros, tendo em vista reporem deficiências nutricionais, combater “espécies-praga” e doenças que atacam os rebanhos.

No entanto, Graziano Neto (1982) defende que a intensa utilização de agrotóxicos e produtos veterinários é fruto da fabricação de seres para o capital, com a consequente aceleração do desequilíbrio ecológico, além da ampliação do fenômeno da ressurgência, ou seja, a resistência das “espécies-praga” a medicamentos e agrotóxicos utilizados nas criações animais e culturas agrícolas.

Portanto, a análise do pacote tecnológico da modernização da agricultura, presente nos Assentamentos Roberto Martins e São Salvador demonstra uma monopolização do território camponês pelo capital financeiro-industrial. Além disso, como afirma Fernandes; Welch (2008) evidencia a posição subalterna do campesinato no agronegócio e, também a apropriação da renda da terra pelo capital. No gráfico 7 são destacados os gastos anuais das famílias com as criações animais e culturas agrícolas. Nele fica claro o que Oliveira (1998) denomina de monopolização do território camponês pelo capital. A modernização elevou o

custo de produção, assim se expressa o senhor Manuel: “*Hoje plantar ficou mais caro, porque tudo precisa de adubo, mecanizar e arar.*”

Gráfico 6 – Minaçu – Assentamentos Roberto Martins e São Salvador – Tipos produtos veterinários utilizados pelos assentados entrevistados – 2014.

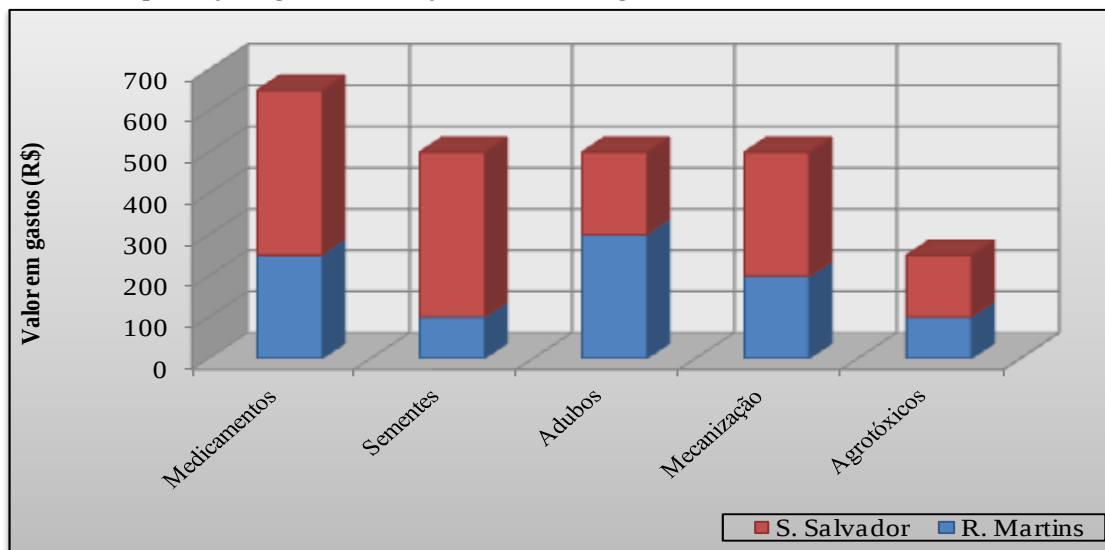


Fonte: Pesquisa de Campo - 2013. Elaboração: TEIXEIRA, Tânia Alves; SILVA, Edson B. da.

Associado a isso, os camponeses afirmam que as colheitas são menores, sendo que para 80% dos assentados entrevistados do Assentamento Roberto Martins e 60% do Assentamento São Salvador, hoje está mais caro produzir no campo. Segundo eles a mecanização facilitou o trabalho, contudo, o custo para a aquisição e manutenção dos maquinários é alto, também o solo precisa de recomposições nutricionais constantes e o desequilíbrio ecológico amplia o número de “espécies-praga.” São inúmeras as despesas, desde a vinculada a preparação do solo, a correção do mesmo, a compra de sementes e agrotóxicos.

As dívidas adquiridas são quitadas com a aquisição de outras, principalmente junto ao capital usurário. As dificuldades de acesso aos financiamentos subsidiados submete o campesinato aos interesses do capitalista usurário. Nos Assentamentos Roberto Martins e São Salvador são correntes as reclamações dos camponeses, como relata o senhor Fernando, do assentamento Roberto Martins: “*Falta a carta de crédito, o juro particular é alto e não tem renda para pagar, a burocracia é muito grande.*” Nos dois assentamentos, os assentados entendem que a falta de financiamento é o principal entrave para a adoção completa do pacote tecnológico da modernização.

Gráfico 7 – Minaçu – Assentamentos Roberto Martins e São Salvador – Despesas anuais em reais, com produção agrícola e criações animais, segundo os assentados entrevistados – 2014.

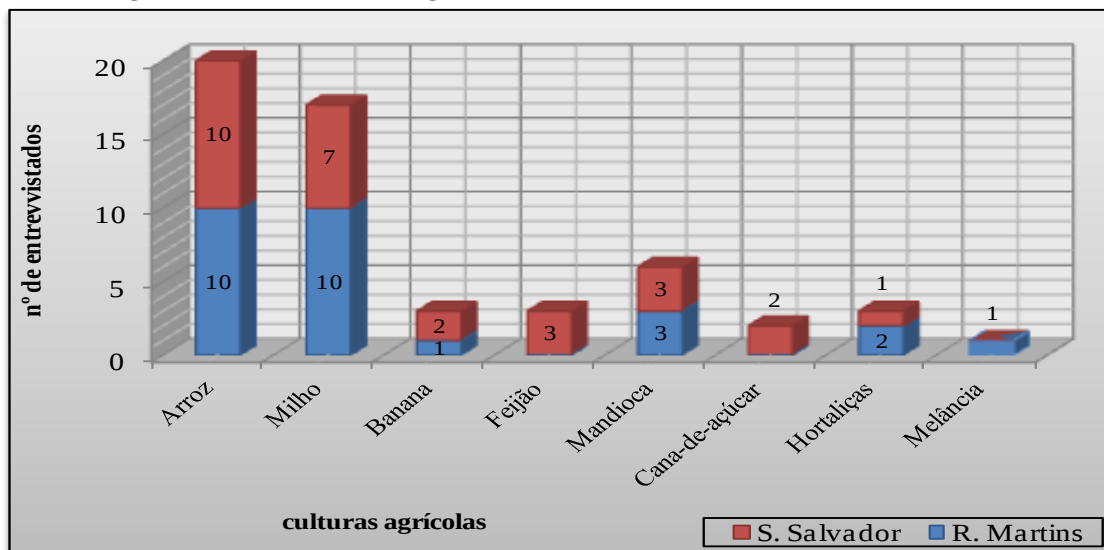


Fonte: Pesquisa de Campo - 2013. Elaboração: TEIXEIRA, Tânia Alves; SILVA, Edson B. da.

Martins (2012) afirma que o Estado pactuado com o agronegócio, disponibiliza mais créditos no setor financeiro aos empresários rurais. Dentro da lógica contemporânea a intenção é garantir o saldo positivo na balança comercial com a exportação de *commodities* e, por conseguinte, assegurar reservas cambiais aos especuladores internacionais. Vergés (2011) menciona que a precariedade da política de financiamentos para a agricultura camponesa submete o campesinato aos juros abusivos do capital usurário, o que acarreta na drenagem da renda camponesa. No entanto, os camponeses dos Assentamentos Roberto Martins e São Salvador utilizam de práticas culturais históricas para garantir sua reprodução social precarizada. No gráfico 8 se nota a presença da policultura nesses assentamentos.

A observação do gráfico 8 evidencia a permanência nos assentamentos do cultivo de culturas agrícolas destinadas ao mercado interno, tais como: arroz, feijão, mandioca e banana, entre outras. Já o plantio de cana-de-açúcar é destinado à produção de rapaduras e na alimentação do rebanho bovino no período da estação seca. A produção de melancia, hortaliças e milho se vertem para diversos usos, como a satisfação das necessidades de autoconsumo, assim como a alimentação de criações animais, especificamente para o caso do milho. Os dados e informações comprovam a tese de Oliveira (1998), de que a agricultura camponesa é a principal responsável pelo abastecimento do mercado interno. Assim como a afirmação de Martins (1981), de que ao campesinato foi relegada a denominada agricultura de “pobre.” A foto 1 reafirma a presença da policultura nos dois assentamentos pesquisados.

Gráfico 8 – Minaçu – Assentamentos Roberto Martins de Melo e São Salvador – Tipos de culturas agrícolas desenvolvidas segundo os assentados entrevistados – 2014.



Fonte: Pesquisa de Campo - 2013. Elaboração: TEIXEIRA, Tânia Alves; SILVA, Edson B. da.

A observação da foto 1 mostra a contra-razionalidade adotada pelo campesinato, tendo em vista sua reprodução social. A diversificação é parte da estratégia política desta classe social, diante da ação exploratória do capital financeiro, industrial e comercial. Nas propriedades camponesas dos Assentamentos Roberto Martins e São Salvador, planta-se e cria-se de tudo um pouco. O milho serve para a produção de pamonha, de milho cozido e assado, além da alimentação de galináceos, bovinos e suínos. Os galináceos servem para a alimentação, para a produção de ovos e esterco. Já dos suínos tudo se aproveita, desde a carne, a banha e os resíduos, utilizados na produção de sabão caseiro. A mandioca *in natura* é utilizada na alimentação, além de se constituir em matéria-prima fundamental para a fabricação de farinha e polvilho.

A distância dos assentamentos da sede do município de Minaçu dificulta a realização da mercadoria camponesa. A subordinação aos intermediários, como os proprietários de açougues, restaurantes e churrascarias, dentre outros causam a apropriação da renda camponesa pelo capital comercial. O acesso a programas de compras institucional, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa Nacional de Aquisição de Alimentos (PAA), esbarra na logística de transporte.

Foto 1 – Assentamentos Roberto Martins e São Salvador – Culturas agrícolas e criações animais - 2014.



Autora: TEIXEIRA, Tânia Alves. nov. 2013.

Os assentados enfrentam dificuldades para escoar o excedente, por não ter infraestruturas de armazenamento, beneficiamento e transporte da produção. Portilho (2014) esclarece que diante disso, o campesinato em Minaçu, no ano de 1997 exigiu do prefeito municipal a criação de uma feira. Nesse sentido, no ano de 1999 foi criada a Feira do “Apito”, em que o poder público municipal ficou responsável por fornecer transporte da produção. A participação na Feira do “Apito” está atrelada a filiação em uma associação.

Há no município de Minaçu atualmente dezessete associações, que formam a Central das Associações dos Pequenos Produtores Rurais do Município de Minaçu (CAMPEAM), sendo composta por 240 camponeses sócios. Essa organização política foi fundamental para a construção de canais de comercialização direta, importante para a venda da mercadoria camponesa em condições menos subordinadas, já que como afirma Vergés (2011), o intermediário pago ao camponês o preço de produção e quando comercializa o produto realiza o lucro médio. Na Foto 2 se observa a comercialização de mercadorias camponesas na Feira do “Apito.” Não obstante, na CAMPEAM também ocorreu a formação de uma cooperativa. Segundo Portilho (2014), para a participação nela é necessário o pagamento de uma mensalidade de R\$ 500, 00 anuais e a entrega 12% de cotas partes, com a venda das mercadorias.

Foto 2 – Minaçu – Comercialização de produtos da agricultura camponesa na “Feira do Apito em Minaçu – 2014.



Autora: TEIXEIRA, Tânia Alves. nov. 2013

A cooperativa tornou possível a aquisição menos subordinada dos insumos e a inserção das famílias nos programas de compra institucional. Todavia, há dificuldades de participação dos assentados dos assentamentos pesquisados no PAA e PNAE. Pois, faltam meios de transporte, tanto por parte da cooperativa, quanto dos assentados, isso dificulta a comercialização com a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). O fato é que a modernização da agricultura, que atingiu os Assentamentos Roberto Martins e São Salvador tem característica precária. Na foto 3 se retrata a prática agrícola típica da agricultura tradicional no Assentamento São Salvador, com a denominada roça de “toco.”

No entanto, além da característica precária da modernização da agricultura no interior dos assentamentos pesquisados, com a permanência de elementos da agricultura tradicional, como: trabalho manual, roça de “toco”, utilização de instrumentos técnicos simples, das sementes crioulas, dos adubos orgânicos e da prática da policultura, entre outros. Associado ao domínio frágil do pacote tecnológico da modernização, com a aquisição em menor proporção das sementes, agrotóxicos, adubos químicos e da motomecanização. A observação dos espaços limítrofes aos assentamentos pesquisados demonstra o caráter desigual, combinado e contraditório da modernização.

Foto 3 – Assentamento São Salvador - Prática de “roça de toco” para o cultivo do milho e da gueiroba - 2014.



Autora: TEIXEIRA, Tânia Alves. nov. 2013.

Na foto 4 é apresentada a plantação de soja, realizada na Fazenda Colorado, limítrofe ao Assentamento Roberto Martins. Nesta grande propriedade o trabalho é desenvolvido com o uso de máquinas agrícolas de última geração e adoção de todo o pacote tecnológico da segunda “Revolução Verde.” A modernização reproduz o espaço desigual, porque não atinge de forma homogênea todos os espaços e classes sociais.

Além disso, se dá de forma combinada, pois atende os interesses dos empresários rurais, do Estado e, principalmente, das grandes corporações multinacionais. Associado ao fato de que os assentados tornam-se mão-de-obra barata para os empresários rurais. No assentamento Roberto Martins muitos camponeses assentados trabalham de forma assalariada na Fazenda Colorado. Neste caso o assentamento se transforma em viveiro de mão-de-obra barata.

Foto 4 – Minaçu - Plantação de soja na Fazenda Colorado, limítrofe ao Assentamento Roberto Martins -2014.



Autora: TEIXEIRA, Tânia Alves. nov. 2013.

Com isso, a modernização da agricultura produz sua própria contradição, ao mesmo tempo em que proporciona a reprodução precarizada do campesinato, por conseguinte, o submete a proletarianização, condição que o camponês havia negado e, desse modo, cria as condições para a superação do capitalismo. Portanto, a modernização seletiva, excludente e exploratória mostra seus limites como modelo de produção agropecuária para o campesinato. Os camponeses não conseguem competir com os empresários rurais, devido à escala de produção e a competição internacional da produção agropecuária.

4 Considerações finais

Os resultados da pesquisa apontam que a modernização da agricultura atingiu os Assentamentos Roberto Martins e São Salvador. Contudo, a análise do pacote característico dela, demonstra que ocorreu uma modernização de “segunda mão.” Há nos assentamentos a utilização tanto de sementes híbridas, agrotóxicos, adubos químicos e motomecanização, quanto das sementes crioulas, controle natural das “espécies-praga”, adubos orgânicos, assim como do arado e da carpideira. Além disso, os elementos da modernização que atingem os assentamentos são principalmente resultado da primeira “Revolução Verde.” Estes espaços, quando comparados aos espaços limítrofes, como a Fazenda Colorado, reafirma o caráter desigual, combinado e contraditório do desenvolvimento capitalista no campo.

A realização da modernização nos dois assentamentos, não apresentou diferenças significativas. Nesse sentido, a postura política do MST na década de 2000, de enfrentamento do agronegócio, ao menos no Assentamento Roberto Martins, não representou em mudanças

representativas, quanto à negação ao pacote tecnológico modernizante. As famílias, tal como aquelas do Assentamento São Salvador o tem adotado. Entretanto, a despeito de projetos políticos contrapostos, é preciso considerar os limites enfrentados pelos movimentos sociais, para a territorialização de projetos alternativos. As reticências do Estado, de fortalecer projetos contrapostos ao do agronegócio, colocam serias dificuldades para os anseios dos movimentos sociais.

Portanto, os resultados evidenciam a gradativa perda de autonomia do campesinato, com a intensa penetração do capitalismo financeiro, industrial e comercial nas propriedades camponesas. Por esse meio o capital se apropria da renda da terra, o que resulta na reprodução social precária das famílias assentadas. Há uma monopolização desses territórios pelo capital, ou seja, uma recriação do camponês articulada às necessidades de reprodução ampliada do capital. Isso reafirma para o campesinato a importância da luta não somente pela terra, mas contra o capital.

REFERÊNCIAS

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia**: bases científicas para uma agricultura sustentável. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012. 400 p.

BRASIL. **Censo Agropecuário 2006**: Brasil, grandes regiões e unidades da federação. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 8 abr. 2013. 775 p.

CORREIA, Ciro Eduardo. **O MST em Marcha para a Agroecologia**: uma aproximação à construção histórica da Agroecologia no MST. 2007. 61 p. Dissertação de Mestrado (Curso Master en Agroecologia: um enfoque sustentable de la agricultura ecológica) - Universidade Internacional de Andaluzia e Universidade de Cordoba, Espanha, 2006/2007.

EHLERS, Eduardo. **Agricultura sustentável** (origens, perspectivas de um novo paradigma). São Paulo: Livros da Terra, 1996. 178 p.

ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. **Manifesto do Partido Comunista**. Tradução: Victor Hugo Klagsbrunn. São Paulo: Expressão Popular, 2008. 72 p.

FERNANDES, Bernardo Mançano; WELCH, Clifford Andrew. Campesinato e agronegócio da laranja nos EUA e Brasil. In: FERNANDES, Bernardo Mançano (Org.) **Campesinato e Agronegócio na América Latina**: a questão agrária atual. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 45-69.

GRAZIANO NETO, José. **Questão Agrária e Ecológica** (crítica da moderna agricultura). São Paulo: Brasiliense, 1982. 154 p.

GRAZIANO SILVA, José. **A modernização dolorosa** (estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil). Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981. 192 p.

INSTITUTO DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Projetos de reforma agrária conforme fases de implementação.** 2012. P. 01-316. Disponível em: <www.incra.gov.br>. Acesso em: 8 jun. 2013.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária.** Tradução de Otto Erich Walter Maas. Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 1998. 586 p.

LEITE, Sergio Pereira; MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Agronegócio. In: ALENTEJANO, Paulo; CALDART, Roseli Salete et al. (Org.). **Dicionário da Educação do Campo.** Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012. P 79-85.

LUXEMBURGO, Rosa. **A Acumulação do Capital:** contribuição ao estudo econômico do imperialismo. (Tradução de Marijane Vieira Lisboa e Otto Erich Walter Mass). São Paulo: Nova Cultural, 1985. 415 p.

MARTINS, Adalberto. A Agroecologia na Estratégia do MST como Parte da Contraposição ao Agronegócio. In: **Seminário da região Sul sobre a Agroecologia.** Porto Alegre: Setembro de 2012. 10 p.

MARTINS, José de Souza. **O Cativo da Terra.** São Paulo: Contexto, 2010. P 193-194.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 1981. 185 p.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A Geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro.** São Paulo: EDUSP, 1998. p. 63-110.

PORTILHO, Solange Cordeiro dos Santos. **A Feira do Apito como espaço de encontro e troca das relações camponesas de produção.** UEG: Minaçu, 2014. 68 p.

PORTO GONÇALVES, Carlos Walter. **A Globalização da Natureza e a Natureza da Globalização.** Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2012. 461 p.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço:** técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996. 308 p.

VERGÉS, Armando Bartra. **Os novos camponeses:** leituras a partir do México profundo. (Tradução de Maria Angélica Pandolfi). São Paulo: Cultura Acadêmica; Catédra Unesco de Educação do Campo e Desenvolvimento Rural, 2011. 339 p.